



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 1º de outubro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,69% São Paulo	131.586	24/setembro 5,463	R\$ 1.412	R\$ 6,063	10,65%	10,66%	Abril/2024 0,38
0,04% Nova York	131.816	25/setembro 5,476					Maió/2024 0,46
	25/9 26/9 27/9 30/9	26/setembro 5,443					Junho/2024 0,21
		27/setembro 5,436					Julho/2024 0,38
							Agosto/2024 -0,02

APOSTAS ON-LINE/ Com a ajuda da Anatel, Fazenda vai retirar do ar centenas de sites de jogos virtuais irregulares no país. Lista de empresas sem autorização sai hoje e apostadores terão até o dia 10 para o resgate dos saldos

Mais de 500 bets bloqueadas em 10 dias

» RAFAELA GONÇALVES

O governo vai bloquear, nos próximos dias, mais de 500 sites de apostas que estão atuando de maneira irregular no país. O Ministério da Fazenda divulgará, hoje, a lista das empresas de apostas em funcionamento que pediram autorização à pasta e poderão continuar operando até o fim deste ano. Os sites de apostas de quota fixa que não pediram autorização para funcionar serão considerados ilegais e a previsão é que sejam retirados do ar no dia 11 de outubro.

Encerrou, ontem, o prazo para que as empresas que iniciaram o processo de regularização junto ao governo para indicarem suas marcas em atividade e os respectivos domínios de internet onde prestarão o serviço durante o período de adequação. A partir de hoje, os apostadores terão 10 dias para resgatar seus saldos nas plataformas irregulares. Depois desse prazo, não terão como solicitar o reembolso pelas plataformas. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o bloqueio será feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"Cerca de 500 e 600 sites de apostas vão sair do ar nos próximos dias. Em mais ou menos uma

semana vamos tirar do ar os sites que sequer pediram a regulamentação. Estamos oficiando a Anatel. Elas têm que sair do ar por falta de adequação à regulamentação", disse o chefe da equipe econômica, ontem, em entrevista à rádio CBN. O ministro aconselhou que os apostadores se apressem para resgatar o saldo que tiverem nessas plataformas irregulares. "Se você que está me ouvindo tem algum dinheiro em casa de aposta, peça a restituição já, porque você tem o direito a ter o seu valor restituído", ressaltou.

Haddad disse que o governo vai apertar o monitoramento dessas casas de jogos on-line. "Vamos acompanhar CPF por CPF a evolução das apostas e dos prêmios. Quem aposta muito e ganha pouco pode estar com dependência psicológica. Há casos dramáticos em que não há dúvida que o problema está acontecendo. Quem aposta pouco e ganha muito, em geral, é lavagem de dinheiro." Ele reforçou a proibição do uso de cartão de crédito e do cartão do Bolsa Família para apostas. Além disso, destacou que a publicidade das bets "está completamente fora de controle" e que o governo vai restringir as propagandas. "Assim como tem regulação de publicidade de fumo e de bebida alcoólica, nós

Reprodução/CBN



Ministro Fernando Haddad reforçou a proibição do uso do cartão de crédito e do Bolsa Família nos jogos on-line

temos de ter o mesmo zelo em relação aos jogos", afirmou.

O bloqueio dos sites irregulares estava previsto em portaria publicada pela Fazenda em setembro. A lei que regulamenta essas apostas foi aprovada pelo Congresso no fim do ano

passado, mas sua implementação completa depende de uma série de etapas legais.

O período de adequação se dará até o fim de dezembro somente para as empresas que atuarem conforme as regras brasileiras. A partir de janeiro de

2025, todas as empresas autorizadas utilizarão o domínio brasileiro de internet, com extensão "bet.br".

Os consumidores brasileiros gastam cerca de R\$ 6 bilhões por mês com jogos e apostas on-line. São mais de 40 milhões de

consumidores fazendo algum tipo de aposta ou jogo no último ano. Os dados fazem parte de uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

O levantamento mostra que 30% dos entrevistados declaram que os jogos e/ou apostas esportivas têm ou tiveram alguma influência na sua vida nesse período, sendo elas a queda de produtividade no trabalho (11%) e o endividamento (11%).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva planeja anunciar, nesta semana, um pacote de medidas para tentar conter o endividamento causado pelas bets. As medidas incluem a proibição do uso do Bolsa Família e dos cartões de crédito nas plataformas de apostas on-line. O governo acelerou a ação, que já estava em análise, após a divulgação de dados alarmantes do Banco Central, que apontaram que beneficiários do Bolsa Família gastaram mais de R\$ 3 bilhões em bets apenas em agosto.

Para o presidente da CNDL, José César da Costa, o Brasil vive, hoje, "uma verdadeira epidemia causada pelas plataformas de apostas on-line". "São plataformas que enganam prometendo renda extra, propagandas que colocam em risco os mais vulneráveis", disse.

Reprodução @Gusttavolima



Em rede social, cantor diz "não ser possível" ter feito algo errado

Gusttavo Lima nega acusações em live

» VITÓRIA TORRES*

Em meio ao escândalo dos sites de apostas, o cantor Gustavo Lima utilizou as redes sociais, ontem, para tentar se defender. Lima é apontado como suspeito de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro relacionado aos polêmicos sites de apostas. Em uma transmissão ao vivo pelo canal dele no Instagram, o sertanejo disse que estava surpreso com as acusações e as classificou como "mentiras, suposições e fake news".

Durante a transmissão ao vivo, o cantor conversou com um de seus advogados e exibiu documentos que, segundo ele, comprovam a legalidade de transações

comerciais que realizou, incluindo a venda de aeronaves para empresas que estão sendo investigadas pela Operação Integração, deflagrada pela Polícia Civil de Pernambuco. "Não é possível que eu tenha feito algo de errado", disse Lima, ressaltando que consultou especialistas das áreas tributária e financeira, que garantiram que sua situação está regular. "Estou muito tranquilo, acredito na Justiça do Brasil, acredito na Justiça de Pernambuco. Acredito que isso acabará o mais rápido possível", declarou.

O cantor sertanejo foi indiciado por lavagem de dinheiro e associação criminosa após uma investigação da Polícia Civil de

Pernambuco, que apontou seu suposto envolvimento em uma organização criminosa que teria movimentado cerca de R\$ 3 bilhões em atividades ilícitas, incluindo o uso de sites de apostas para a lavagem de dinheiro. Um dos elementos que motivou a emissão de um mandado de prisão preventiva contra o artista, no dia 23 de setembro, foi a acusação de que ele teria dado "guarda a foragidos", segundo a juíza Andréa Calado da Cruz. Ele também expressou esperança de que a situação seja resolvida rapidamente e que a verdade prevaleça. "Jamais trocava minha paz e honestidade por nenhum dinheiro desse mundo", acrescentou.

A transmissão de Gustavo Lima atraiu milhares de espectadores, muitos dos quais expressaram apoio ao artista nas redes sociais. Apesar do impacto das acusações, ele manteve a agenda de shows e compromissos profissionais, enquanto seus advogados seguem trabalhando na defesa. O pedido de prisão preventiva de Gustavo Lima foi revogado no dia 24 de setembro, menos de 24 horas após sua emissão. A decisão foi tomada com base em novos elementos apresentados pela defesa do cantor, que argumentou não haver provas suficientes para a detenção.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel



RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O "X" DA QUESTÃO FISCAL BRASILEIRA, QUE COMEÇA A ASSUSTAR CADA VEZ MAIS SEUS ANALISTAS, SITUA-SE NA EXPLOÇÃO DO CRESCIMENTO DOS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Como ajustar Previdência, assistência e fraudes?

O "X" da questão fiscal brasileira, que começa a assustar cada vez mais seus analistas, situa-se na explosão do crescimento dos gastos previdenciários e assistenciais, a caminho de exaurir quase todos os limites do Orçamento federal, sobrando pouco para outras destinações de vulto e de importância comparáveis às dos investimentos em infraestrutura requeridos para a retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e as das ações emergenciais que se impõem para recompor a destruição de vários segmentos de atendimento às principais necessidades das parcelas mais frágeis da população em

catástrofes como a que ainda habita regiões como a do Sul do país.

Registre-se, aqui, o absurdo de que o peso do gasto previdenciário da União no gasto público total tenha subido de 19,2% para 51,8%, entre 1987 e 2021, ou seja, para mais da metade daquele, em apenas três décadas. Em adição, e na mesma toada, o peso do gasto assistencial praticamente dobrava no mesmo período, passando de 9,1% para 16,4% do total. Somando, assim, o peso desses dois com muito em comum e super majoritários no orçamento federal, a subida consolidada que ocorreu entre 1987 e 2021 foi de

nada menos de 28,3% para 68,2% do total, algo chocante...

E se esticarmos o raio de alcance do diagnóstico acima até meados deste ano, pendurichalhos de gastos à parte, constatamos um crescimento real adicional dos gastos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de 8,3%, no ano cheio de 2023, sobre 2022, e de 4,7%, de janeiro a julho de 2024, sobre idêntico subperíodo de 2023. E, aqui, cabe lembrar que o limite do crescimento real do gasto conforme o arcabouço fiscal, instituído pela atual administração econômica do país é bem menor: apenas 2,5%. Como cumpri-lo? A

partir disso tudo, onde vamos parar? Vale dizer, que saídas existem para conter o crescimento real dos gastos em previdência e assistência social, que são hoje os principais fatores de expansão que dominam a composição dos gastos não-financeiros federais?

Além de destacar adicionalmente os nem sempre lembrados reajustes reais do salário mínimo como fatores de expansão dos gastos sociais, que afetam não menos que 42% da despesa do RGPS, e o envelhecimento cada vez mais rápido da população, que leva ao crescimento vegetativo desse tipo de gasto, cabe trazer à tona uma

triste novidade no meio disso tudo, que é a constatação mais recente de que há um volume cada vez maior de fraudes — obviamente letais para o equilíbrio fiscal e muito pouco conhecidas mesmo para os especialistas na área social — ocorrendo em todos os lados dessa complexa equação.

Isso será melhor visto se trouxermos à tona o aumento desproporcional que tem ocorrido na concessão dos benefícios por incapacidade temporária, mais conhecidos como auxílio-doença, e a baixa efetividade que se sabe existir na adoção das atuais medidas de controle dessas fraudes.

A propósito, fenômeno similar ao que vem ocorrendo no caso do auxílio-doença começa a aparecer no caso dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC), embora não tenha havido qualquer mudança significativa de procedimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que tenha levado a esse aumento.

Esses temas são complexos e intrincados, requerendo, portanto, um enfrentamento mais aprofundado do que foi possível fazer em um único artigo. Reserve-me a continuar essa busca em minha próxima coluna dentro de duas semanas. Até lá.